

# **Brasil tende a evocar a dor do negro em vez de lembrar a luta, diz antropóloga**

*Para Jamile Borges, recuperar protagonismo de negros é essencial para reinventar a história escrita pelos vencedores*

**[\(Folha de S.Paulo, 13/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

Para a professora Jamile Borges, o 13 de Maio é resultado de uma historiografia oficial contada a partir da perspectiva dos vencedores, a oligarquia e a classe média brancas, que preferem creditar à princesa Isabel o resultado pela abolição, enquanto o 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra, é uma conquista das populações ex-escravizadas, dos libertos.

No Brasil, segundo ela, que estudou o comportamento de frequentadores de museus dedicados à diáspora negra no país e nos Estados Unidos, ao lidar com a memória da escravidão há uma tendência a se fazer a musealização da dor, em vez de evocar a resistência.

Mas isso está mudando, e o papel de intelectuais, trabalhadores e cientistas negros e negras está sendo recuperado. Apostar nisso, para ela, “é pensar em recuperar a história do Brasil muito mais a partir do nosso protagonismo do que da nossa eterna condição de jugo, de vítima do colonialismo”.



A pesquisadora e professora do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, Jamile Borges (Foto: Raul Spinassé/Folhapress)

Borges é especialista em memória da afrodíaspóra, a imigração forçada de negros do continente africano, e coordena o Museu Afro-Digital da Memória Africana e Afro-Brasileira, composto de documentos relacionados à presença africana no Brasil.

O acervo digital foi crescendo e, com o apoio de outros, hoje é uma rede de museus afrodigitais em parceria com três universidades públicas, que colabora com instituições de países como Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde e Angola, tendo ajudado na digitalização e conservação de seus acervos.

À Folha Borges fala sobre o racismo, que nunca vai acabar, a importância da autodeclaração e o papel de museus na memória coletiva.

## **No seu doutorado, a senhora estudou museus digitais da história negra no Brasil e em Chicago. Como é a memória nos dois casos?**

Os usuários do museu americano sobre afrodiáspora evocavam uma memória de luta, de resistência; já os usuários brasileiros desses museus evocam a memória da dor. São duas construções muito diferentes. No Brasil há uma tendência a se fazer aquilo que eu chamo de musealização da dor, a gente patrimonializou a dor ao invés de patrimonializar a luta.

## **Por quê?**

Nossas universidades ainda são profundamente eurocêntricas e coloniais (na Bahia, por exemplo, a maior parte dos museus é ligada a universidades), e os intelectuais que gestaram esses espaços ainda estavam comprometidos com uma mentalidade colonialista, com a ideia de que o museu não tinha compromisso com a resistência. O papel do museu, para essas pessoas, não era político. Isso vem mudando, mas nossas instituições de memória ainda têm um comprometimento maior com o retrato do passado do que em construir resistências, em fazer dos museus espaços de fricção, de disputa, em lugar de ser espaço de consenso sobre o passado atávico colonial.

## **O que pode ajudar nesse processo?**

Não temos um projeto nacional de política patrimonial, mas, de alguma maneira, as pessoas estão se apropriando das ferramentas de memória. As tecnologias digitais trouxeram a possibilidade de que a fabricação da memória não esteja mais na mão de uma elite. Qualquer pessoa pode produzir sentidos sobre as memórias e produzir seus artefatos museais. É a

hora de baixarmos o tom desse discurso elitista que nosso pensamento museal ainda tem e nos aproximarmos das pessoas e entendermos como elas lidam com suas histórias e como podemos aproximá-las da história coletiva.

O momento que vivemos é fruto dessa dificuldade dos gestores. Quando uma política mais progressista tomou conta do país, nos afastamos das pessoas. Ofertamos políticas afirmativas e sociais, mas não dialogamos e não fomos capazes de fabricar sentidos para dizer: “O que você espera que aconteça daqui para frente?” Achamos que poderíamos ser porta-vozes das pessoas, foi um grande equívoco.

## **O Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA foi o primeiro da América Latina dedicado ao assunto. Como está o cenário dos estudos da afrodiáspora no Brasil, 60 anos após a sua criação?**

Tem melhorado desde a criação, em 2003, da Lei 10.639 [que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas]. Essa lei e a de cotas impactaram as universidades e praticamente todas as públicas têm um núcleo de estudos afro-brasileiros.

Mas, paradoxalmente, ainda há, institucionalmente, uma reação ao acesso e permanência de docentes negros. No departamento de educação da UFBA, onde dou aula, temos 50 professores, só 3 autodeclarados negros. [Levantamento de 2018 mostra que 2% dos professores da universidade são negros; na USP, 2,2%]

## **O museu e o centro sofreram com o contingenciamento imposto pelo Ministério da Educação?**

Grande parte de nosso trabalho depende da existência de bolsistas, que tiveram suas bolsas cortadas. Ao mesmo tempo, o contingenciamento impôs restrições à aquisição de equipamentos e manutenção na infraestrutura do projeto. Também nosso programa de pós-graduação em estudos étnicos e africanos sofreu impacto com a redução da verba de um fundo chamado Proap (Programa de Apoio à Pós-Graduação), que impactará nas pesquisas de mestrado e doutorado já em curso, impedindo deslocamentos, participação

em eventos e produção do conhecimento. Uma lástima.

## **Neste ano, no Carnaval do Rio, a comissão de frente da Mangueira retirou os retratos de brancos tidos como heróis para contar a história de outros heróis. O questionamento sobre a história da abolição e a revisão do papel de figuras como princesa Isabel está crescendo?**

É um movimento que se origina do crescimento do feminismo negro nas universidades e vai resultar na onda feminista negra. O feminismo negro hoje talvez seja o principal campo de forças no qual podemos nos organizar e ganhar espaço na luta. Em que pese o predomínio do patriarcado branco, há cada vez mais mulheres escrevendo e publicando. A interiorização das universidades teve grande impacto nisso. O feminismo negro tende a crescer.

## **E qual a diferença em celebrar o 13 de Maio e o 20 de Novembro?**

O 13 de Maio é resultado de uma historiografia oficial que contou a história a partir de uma perspectiva, a dos vencedores, a de uma oligarquia e uma classe média branca que preferem creditar à princesa Isabel o resultado pela abolição e pela libertação das populações escravizadas. O 20 de Novembro [data da morte de Zumbi, líder do quilombo dos Palmares] é uma conquista das populações ex-escravizadas, uma conquista histórica dos movimentos negros. A ideia de pensar uma consciência negra é o entendimento de um referencial histórico, intelectual e político.

Frantz Fanon, no livro “Pele Negra, Máscaras Brancas”, fala de uma consciência dupla; o entendimento de que o negro era escravizado, mas ao mesmo tempo a necessidade de sobrevivência impelia populações negras a intercursos ou certos jogos que tinham que ser feitos com os senhores coloniais. A necessidade de sobrevivência gerava o conflito dessa dupla consciência. Entender-se negro e escravo, mas, ao mesmo tempo, em certas circunstâncias, adotar o jogo do mestiço, do mulato, da criouliização.

A consciência negra é tomar consciência de quem nós somos, de nossa

história, de nosso espaço, do que significou a travessia transatlântica e o impacto dela.



Ato do movimento negro em 1988, na Bahia (Foto: Lázaro Roberto/Zumvi Arquivo Fotográfico)

## **Esse processo colabora para uma passagem da memória da dor para a memória da luta?**

Sem dúvida. Os recentes trabalhos de pesquisa que tenho acompanhado estão preocupados em recuperar o protagonismo dessas figuras. Apostar em projetos que recuperem o papel de intelectuais, trabalhadores e cientistas negros e negras é recuperar a história do Brasil muito mais a partir do nosso protagonismo do que da nossa eterna condição de jugo, de vítima do colonialismo.

Nós de fato passamos por um processo que deixou marcas profundas, a chamada chaga colonial, mas há uma história que tem sido reescrita por essas jovens mãos que estão buscando outras histórias de luta, em lugar de insistir na patrimonialização da dor.

## **Quão eurocêntricos ainda somos?**

Muito. O fato de termos ainda essa mentalidade colonial e atrasada se revela, por exemplo, no ódio que se produziu nas redes sociais num momento em que parcelas das classes C e D ascenderam e começaram a entrar em espaços sacros da classe média branca. Vivemos o retorno do recalcado, o ódio, o ressentimento de uma elite que encontrou espaço para dizer que quer, deseja e anseia pela volta de uma sociedade assimétrica, desigual e escravocrata.

## **Como mexer nessa mentalidade racista?**

A primeira medida já tomamos: falar disso. As políticas de ação afirmativa tiveram um papel importante ao assumir a ideia da autodeclaração. Tivemos problemas de fraude, mas, pela primeira vez, fomos obrigados a dizer quem somos de fato. Um país que se estruturou a partir do mito da democracia racial não queria se olhar no espelho.

O racismo não acaba com a abolição da escravidão, ganha uma nova roupagem. Ainda hoje jovens profissionais têm sido recusados em empregos quando se descobre que são negros. Isso não vai se resolver, porque isso não é um fenômeno que tem uma temporalidade, que possa se acabar em algum momento como por mágica. E, se não resolvemos o problema, temos que criar estratégias de enfrentamento, e elas são múltiplas, desde a criação de coletivos à de mecanismos para denúncia; o estatuto da igualdade racial; a possibilidade de criminalizar a injúria racial. Se nós queremos viver sob o princípio da legalidade, é nele que temos que encontrar os mecanismos de enfrentamento.

*A jornalista viajou a convite do Festival Transatlântico de Fotografia*

## **RAIO-X**

Jamile Borges, 49

Pesquisadora e professora do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia. Nascida em Salvador, é bacharel e doutora em antropologia e mestre em educação. Criou e coordena o Museu AfroDigital da Memória Africana e Afro-Brasileira, museu digital em parceria

com a Biblioteca Nacional, UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), UFPE (federal de Pernambuco) e UFMA (do Maranhão). O acervo reúne fotografias, textos e arquivos de áudio relacionados à presença africana no Brasil